REALIDADE URBANA CONTEMPORÂNEA: UM EXERCÍCIO REFLEXIVO[1]

Gislene Pereira[2]

Este trabalho tem como ponto de partida uma discussão sobre a possibilidade do esgotamento do paradigma da modernidade – a racionalidade científica. Esse esgotamento se manifestaria na incapacidade desta racionalidade resolver os problemas da sociedade atual, predominantemente urbana.

Diante da constatação dessa incapacidade, existiriam dois caminhos: aceitar a deterioração da sociedade ou aceitar a revisão do paradigma.

Propõe-se, aqui, seguir o segundo caminho, buscando-se organizar teorias e concepções que orientem a investigação dos limites e possibilidades da construção de uma nova realidade urbana.

A TRANSIÇÃO DA MODERNIDADE

De acordo com Passet[3]: *em qualquer época, com efeito, uma certa visão de mundo serve de referência, de modelo e de fundamento a todos os outros sistemas de pensamento. A esta concepção dá-se o nome de paradigma.* A partir desta afirmação, a discussão a que se propõe este texto tem como pressuposto que a compreensão/apreensão de qualquer período histórico supõe o conhecimento do paradigma que o referencia.

Nessa direção, Topalov apresenta uma importante questão. Segundo esse autor, nos últimos vinte anos, em inúmeros campos e, em particular, no domínio das políticas públicas e do habitat, novos temas têm surgido e

---

[1] Este texto tem por base a tese de doutorado da autora: **Produção da cidade e degradação do ambiente: a realidade da urbanização desigual,** defendida em 2002, junto ao Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná

[2] Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Paraná – gislene.pereira@ufpr.br

[3] PASSET, René. Le copilotage du développement économique et de la biosphére. In**: Cadernos de Desenvolvimento e Meio Ambiente.** Número 1. Curitiba: UFPR, 1994

parecem estar se impondo como uma visão global. O autor discute a possibilidade de haver, hoje, uma ruptura cognitiva, com a emergência de um novo paradigma: *Um novo senso comum está em vias de surgir: o que faz do meio ambiente o problema central em torno do qual, daqui em diante, todos os discursos e projetos sociais devem ser reformulados para serem legítimos*. [4]

Para justificar sua hipótese, Topalov evoca alguns acontecimentos marcantes da atualidade: a multiplicação dos movimentos locais relacionados á defesa do meio ambiente; a emergência de partidos verdes nas cenas políticas de diversos países europeus; a irrupção do discurso ecológico na mídia; o desenvolvimento de legislações nacionais relativas ao assunto e, principalmente, a propagação da temática por instituições internacionais, através, por exemplo, das Conferências sobre o Meio Ambiente (Estocolmo-72; Rio de Janeiro-92); e dos relatórios - Clube de Roma[5] e Brundtland[6].

A ruptura cognitiva associada à constituição desse novo paradigma se manifestaria em dois níveis: 1) redefinição das relações entre sociedade e natureza e, 2) mudança de escala de abordagem, passando da nação para o planeta.

---

[4] TOPALOV, Christian. Do planejamento à ecologia: nascimento de um novo paradigma de ação sobre a cidade e o habitat? In: **Cadernos IPPUR/UFRJ**. Vol.XI N°1e 2(jan/dez 1997). Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 1997 p.24

[5] Clube de Roma, hoje transformado em instituição internacional preocupada com a temática sócio-ambiental, foi constituído em 1968, reunindo especialistas de várias áreas do conhecimento humano, em Roma, para discutir a crise daquele momento e as crises futuras da humanidade. Em 1972, o Clube de Roma publicou o seu relatório The Limits of Growth, o qual alerta para o fato de que a humanidade teria, obrigatoriamente, um limite de crescimento com o modelo econômico então praticado, baseado no consumo exacerbado e altamente concentrado em poucas nações. A obra contou com a coordenação de Dennis Meadows. A conclusão foi que, mantidos os níveis de industrialização, poluição, produção de alimentos e exploração dos recursos naturais, o limite de desenvolvimento do planeta seria atingido, no máximo, em 100 anos, provocando uma repentina diminuição da população mundial e da capacidade industrial. Assim, recorria-se às idéias de um neo-malthusianismo, o que provocou reações tanto da parte daqueles que viam na tese de Meadows o fim do crescimento da sociedade industrial, como daqueles que aí visualizavam a impossibilidade de os países pobres não dividirem os lucros dessa sociedade industrial. Posteriormente a esse debate, Ignacy Sachs, com seu conceito de ecodesenvolvimento, buscaria uma convivência possível entre desenvolvimento, respeito aos recursos naturais e início de uma preocupação social.

[6] Relatório elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, divulgado em 1987 e que é conhecido pelo nome da presidente da Comissão, Gro Harlem Brundtland. A Comissão foi formada como resposta à Assembléia Geral das Nações Unidas, em função da preocupação com a crescente deterioração do meio ambiente mundial. Nesse relatório oficializa-se o conceito de desenvolvimento sustentável.

Para explicar o primeiro nível, Topalov esclarece que o objeto "sociedade" deixa de estar no centro do discurso para ficar incluído em um outro, a "natureza". Desde a antiguidade a natureza era um elemento hostil, a ser dominado pelo progresso da civilização. De acordo com o novo paradigma, a natureza passa a ser vista como um sistema global do qual os próprios homens são elementos. É unicamente nas interfaces da sociedade humana e de seu meio ambiente natural que se discute o destino comum da humanidade e do planeta. "Salvaguarda", "preservação", "conservação" são os deveres da espécie humana em relação ao seu *habitat*.

O segundo aspecto relacionado ao novo paradigma diz respeito às escalas espaciais dos discursos e projetos. Esse novo paradigma introduz uma mudança fundamental ao desqualificar todos os discursos e todos os projetos que tenham sido elaborados no quadro do espaço local. Se, por um lado, o local, o mais próximo, passa a ser o lugar da identificação dos problemas e da formulação das soluções, por outro, instaura-se o planeta como a única e verdadeira escala a ser considerada como referência das ações. "Pensar globalmente, atuar localmente" é a máxima que une essas duas escalas de atuação. A linguagem da salvaguarda do meio ambiente fundamenta, assim, uma nova moral que permite ligar diretamente cada ato individual ao bem comum da humanidade.

A perspectiva de consolidação de um "paradigma ambiental", tal com apresentada por Topalov, amplia a discussão sobre a "crise ecológica", que pode ainda ser enriquecida com a incorporação dos debates atuais da filosofia da natureza[7]. Neste sentido, é válida a discussão apresentada por Ricouer[8]

---

[7] Ver HUSSERL, Edmund. **La crise de l'humanité europeénne et la philosophie**. Paris: Hatier, 1940 e JONAS, Hans **Le principe responsabilité. Une éthique pour la civilisation technologique**. Paris: Hatier, 1991 OST, François. **La crise écologique: vers um nouveau paradigme? Contribution d'um juriste à lo penseé du lien et de la limite**. Paris: Hatier, 1997. A crise ecológica é apresentada pelos autores como uma crise da razão científica e crise da relação homem/natureza. A crise da razão científica pode ser explicada pelo predomínio da tecnociência, com a alienação gerada pela dependência da técnica e a propagação do desenvolvimento tecnológico a qualquer preço. A crise da relação homem/natureza é o que Ost denomina "crise da ligação e do limite": o homem não sabe mais o que o liga e o que o distingue da natureza. Tanto na idade antiga (homem pertence à Natureza), quanto na moderna (homem separado da Natureza) o homem tinha claro esta relação. O homem contemporâneo não a tem e daí decorre o problema atual: a oposição entre as representações antigas e modernas da relação homem/natureza.

para quem, hoje, a natureza participa da história contemporânea de maneira inédita, uma vez que os efeitos humanos sobre o meio ambiente assumem uma dimensão cósmica. O equilíbrio da natureza encontra-se em risco, ameaçando a existência de próprio homem. Fenômenos como o efeito estufa, redução da camada de ozônio, desmatamento, poluição generalizada, caracterizam a chamada "crise ecológica", centro da discussão sobre o futuro do homem.

Sob o ponto de vista da filosofia da natureza, a sociedade contemporânea se caracteriza por expressar a crise na relação homem/natureza. O que vem reforçar, portanto, a hipótese de Topalov, para quem o paradigma social contemporâneo tem por base a relação crítica do homem com o meio ambiente. Conforme aponta esse autor, a "questão social" transformou-se em "questão ecológica" ou "ambiental".

Santos (2000)[9] também contribui para a discussão sobre a formação de um novo paradigma sócio-cultural, só que esse autor o associa à extinção do paradigma cultural da modernidade[10]. Segundo o autor, pela complexidade, riqueza e diversidade das idéias novas que o projeto da modernidade comportava, era um projeto ambicioso e revolucionário; mas abrigando possibilidades infinitas, contemplava tanto o excesso de promessas como o déficit do seu cumprimento. O projeto de modernidade cumpriu-se em excesso porque em tudo o que cumpriu excedeu às expectativas, tal como no estrondoso avanço do conhecimento científico, e em tudo o que o projeto não cumpriu foi convincente na negação de que ainda havia algo a cumprir. Conforme o autor:

---

[8] RICOUER, Paul L'homme ou (et) la nature? Quelle sagesse pour notre civilisation technologique? **Postface à Le temps de la responsabilité**. Paris: 1991

[9] SANTOS, Boaventura de Sousa. O social e o político na transição pós-moderna. In: **Lua Nova. Revista de Cultura e Política.** N°31. São Paulo: CEDEC, 1993

[10] Ao discutir a modernidade, Harvey a apresenta como o projeto sócio-cultural que entrou em foco durante o século XVIII, equivalendo a um extraordinário esforço intelectual para desenvolver a ciência objetiva, a moralidade e a lei universais e a arte autônoma nos termos da própria lógica interna destas. A constituição desse projeto coincide com a emergência do capitalismo enquanto modo de produção dominante nos países da Europa, que comandaram o processo de industrialização, com isso, *o trajeto histórico da modernidade está intrinsecamente ligado ao desenvolvimento do capitalismo nos países centrais*. HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992

> *As sociedades capitalistas avançadas parecem bloqueadas, condenadas a viver do excesso irracional do cumprimento do projeto da modernidade e a racionalizar num processo de esquecimento ou de auto-flagelação o déficit vital das promessas não cumpridas ... Esse déficit de mundo é irremediável dentro do projeto de modernidade e, ... portanto, a opção* está *entre declarar o projeto por concluído ou vaguear para sempre no vazio de um buraco negro astral.*[11]

Para Santos (2000), tanto o excesso de promessas da modernidade, como o déficit no seu cumprimento são responsáveis pela situação atual, *que se apresenta superficialmente como de vazio ou de crise, mas que é, ao nível mais profundo, uma situação de transição*.[12] Ou seja, diferentemente do que considera Topalov, a relação entre modernidade e pós-modernidade não seria de ruptura total, mas uma situação de transição, em que há momentos de ruptura e momentos de continuidade. Como toda transição, não pode ser nomeada adequadamente, na medida em que ainda há envolvimento com a realidade do contexto presente e, na falta de um nome melhor, esse período de transição é denominado de pós-modernidade.

De acordo com Santos (2000), o projeto da modernidade assentava-se em dois pilares: regulação e emancipação. O pilar da regulação era constituído pelo princípio do Estado, pelo princípio do mercado e pelo princípio da comunidade. O pilar da emancipação constituía-se por três lógicas de racionalidade: racionalidade estético-expressiva da arte e literatura; a racionalidade moral-prática da ética e do direito e a racionalidade cognitivo-instrumental da ciência e da técnica.

Leff[13] define a racionalidade social como o sistema de regras de pensamento e comportamento social, que se estabelecem dentro de estruturas econômicas, políticas e ideológicas determinadas, legitimando um conjunto de ações e conferindo um sentido à organização da sociedade. A partir dessa definição, e para compreender a questão da racionalidade na modernidade,

---

[11] SANTOS. Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 2000 p.198

[12] SANTOS, B.(2000) **Op. Cit** p.77

[13] LEFF, Enrique. **Op. Cit**

uma referência fundamental é Max Weber[14], quem primeiro, e de forma articulada, caracterizou a modernidade como um mundo racionalizado.

Weber admitia a existência de três tipos de racionalidade, definidas segundo as ações que as motivam. Mediante a **racionalidade formal e teórica** são constituídos conceitos que permitem o controle consciente da realidade. Na esfera jurídica esses conceitos se refletem nas regras processuais abstratas do direito; na esfera econômica traduzem-se em teorias sobre os processos produtivos e em princípios dos cálculos econômicos nos quais se baseiam as formas de apropriação dos recursos naturais.

A **racionalidade instrumental** implica na forma de ação e pensamento baseada no cálculo de meios eficazes para se alcançar determinados fins práticos. Na esfera econômica essa racionalidade aparece na produção de meios e técnicas eficientes para garantir os resultados esperados; na esfera jurídica traduz-se pelas ordenações legais que normatizam a conduta social e no plano político reflete-se pelo surgimento de uma burocracia estatal, responsável pela administração pública.

A **racionalidade substantiva** ordena a ação social em padrões baseados em postulados de valor, que variam em compreensividade, conteúdo e consistência interna, não sendo redutíveis a relações entre fins e meios eficazes.

Os conceitos weberianos de racionalidade permitem o reconhecimento das múltiplas motivações e forças sociais que organizam uma sociedade. Na sociedade contemporânea, ocorre o predomínio da racionalidade instrumental, caracterizando o que Hottois[15] denomina de sociedade da tecnociência, onde tudo o que pode ser produzido deve ser produzido e tudo o que pode ser produzido é sempre justificado; a qualquer preço. O que é sustentado por

---

[14] Para conhecimento do pensamento de Max Weber ver sua obra mais conhecida: **Economia e sociedade**. Volume 1 e 2. Brasília: Editora da UNB, 1999. Além desse livro, muito contribuem MACRAE, Donal Gunn. **As idéias de Weber**. São Paulo: Cultrix, 1985; MORAES, Eduardo Jardim Modernidade e racionalidade: sugestão de um roteiro de leituras. In: **Arquitetura Revista.n°3.** Rio de Janeiro: FAU/UFRJ, 1985/86; LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez Editora, 2000 e ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: Martins Fontes/Editora UNB,1987

[15] HOTTOIS, Gilbert. **Le signe et la technique**. Paris: Aubier, 1984

Leff[16], quando afirma que a racionalidade capitalista, que caracteriza a modernidade, *tem estado associada a uma racionalidade científica que incrementa a capacidade de controle social sobre a realidade, e a uma racionalidade tecnológica que assegura uma eficácia crescente entre meios e fins*.

É nesse processo de conjunção do paradigma da modernidade com o capitalismo que os pilares de sustentação da modernidade passam a demonstrar sinais de esgotamento: *o processo civilizatório instaurado com a conjunção da modernidade com o capitalismo e, portanto, com a redução das possibilidades da modernidade às possibilidades do capitalismo entrou, tudo leva a crer, num período final*.[17] Dois sintomas indicariam o esgotamento do paradigma da modernidade, baseado na racionalidade instrumental. **O primeiro** é que a conversão do progresso em acumulação capitalista transformou a natureza em mera condição de produção e os limites desta transformação começam a ficar evidentes, dados os riscos ecológicos que presenciamos. **O segundo** sintoma refere-se a que, até agora, a superação das crises de acumulação do capitalismo tem sido enfrentada mediante ampliação da mercantilização de bens e serviços - o que se comprova pelo grau de transnacionalização da economia. Este processo de expansão e ampliação parece estar atingindo limites inultrapassáveis, na medida em que começa a envolver, com a biogenética, o próprio corpo humano, que se transforma em mercadoria, desempenhando o mesmo papel do automóvel no período de acumulação fordista.[18]

A verificação desses sintomas na realidade contemporânea reforça a possibilidade de esgotamento do paradigma da modernidade e a atual situação de crise paradigmática, confirmando as proposições de Topalov e Santos(2000).

---

[16] LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez Editora, 2000 p.128

[17] SOUZA SANTOS, Boaventura de Sousa. **Op. Cit**. 2000 p.34

[18] Lipietz identifica como "fordismo" o modelo de desenvolvimento capitalista que prevaleceu nos países capitalistas avançados dos anos 50 aos anos 70 e que se caracterizou pela mecanização, consumo de massa, formação de oligopólios e institucionalização das relações de trabalho mediante convenções coletivas. LIPIETZ, Alain. *Uma visão regulacionista sobre o futuro da ecologia urbana*. In: **Cadernos IPPUR/UFRJ**. Ano VIII. N°1. Abr.1994. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 1994

Santos avança em relação a Topalov ao reconhecer nesse momento de crise paradigmática a possibilidade de transformação social. Para o primeiro, este período transicional, cujo paradigma está em construção, se oferece como possibilidade de resistência à racionalidade global da vida social, que caracterizou a modernidade. As promessas da modernidade já não podem ser cumpridas dentro do paradigma da modernidade, uma vez que esta, ao vincular-se ao capitalismo, acabou por estabelecer bloqueios para si própria, o que pode ser comprovado pelo que parecem ser características do período histórico atual: agravamento da injustiça social mediante crescimento da concentração da riqueza e da exclusão social; devastação ecológica e com ela a degradação da qualidade de vida no planeta; conflitos entre nações pelo controle de recursos naturais.

Uma vez que toda crise se apresenta como oportunidade de mudanças, a crise paradigmática pode trazer consigo a possibilidade da transformação social; de reinvenção do futuro, pois ao assumir-se uma crise, *não basta continuar a criticar o paradigma ainda dominante; é necessário definir o paradigma emergente* [19]. E para isso, *a utopia é mais necessária do que nunca.* Esta é, portanto, a grande expectativa diante da transição paradigmática: a exploração de novas possibilidades e vontades humanas e a construção de utopias.

A RECUPERAÇÃO DO PENSAMENTO UTÓPICO

De acordo com Mannheim[20], a palavra utopia, de origem grega, significa literalmente “nenhum lugar”. O primeiro a utilizá-la, para denominar uma ilha onde existia uma comunidade ideal, foi Thomas Morus, em 1556. A partir da publicação de seu livro *Utopia*[21], esta palavra passou a ser utilizada para denominação de obras de distinto caráter que imaginam uma sociedade ou Estado livre, no qual se supõem superadas as deficiências humanas.

---

[19] IDEM. p.42

[20] MANNHEIN, Karl. Utopia. In: NEUSÜSS, Arnhelm. **Utopía.** Barcelona: Barral Editores, 1971

[21] MORUS, Thomas. **A Utopia**. São Paulo: Atena Editora, s/d.

As utopias têm dois aspectos: por um lado representam a crítica do existente, por outro, a proposta daquilo que deveria existir; a utopia é sempre, essencialmente, a idealização de uma nova ordem social.

A ficção utópica tem estado presente na história da civilização desde Platão que, com sua obra *A República*[22], estabeleceu o modelo que influenciou todas as futuras utopias. Ao longo dos séculos, as utopias apareceram com uma enorme riqueza de variações quanto à forma e conteúdo, meios e objetivos, tempos e lugares.

Sem pretender discorrer sobre a história das representações utópicas[23], procurou-se, aqui, centrar a atenção sobre o período de interesse para este estudo: a modernidade. E aí é possível afirmar que a expansão da racionalidade científica e da ideologia cientista a partir de meados do século XIX e a sua expansão do estudo da natureza para o estudo da sociedade foram criando um ambiente intelectual cada vez mais hostil ao pensamento utópico[24].

De fato, em relação aos séculos passados, a atualidade parece pouco profícua em termos de utopias. Os "sonhos" nos quais se baseavam as utopias nos séculos anteriores foram concretizados pelo progresso da ciência, que os transformou em realidade banal: produção em série de objetos de consumo; redução do tempo de trabalho para aumentar o de lazer; comunicação instantânea; velocidade. Entretanto, a "banalização" dos sonhos, trouxe consigo as incertezas. O discurso utópico contemporâneo, quando existe, fala menos de um futuro maravilhoso e mais dos problemas desse futuro: individualismo, instabilidade social, degradação ambiental. Como coloca Prigogine[25], esta é a era do fim das certezas. A certeza absoluta, que prometia a ciência, já não se sustenta; basta observar o mundo ao redor. O impressionante desenvolvimento da ciência alcançado nos últimos séculos não

---

[22] PLATÃO. **A República**. São Paulo: Editora Atena, 1955

[23] Sobre utopias na história ver: PETITFILS, Jean-Christian. **Os socialismos utópicos**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978 e NEUSÜSS, Arnhelm. **Utopía.** Barcelona: Barral Editores, 1971

[24] SANTOS (2000) **Op. Cit**.

[25] PRIGOGINE, Ilya. **O fim das certezas: tempo, caos e as leis da natureza**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996

conseguiu concretizar as propostas de uma vida melhor; pior ainda, esse desenvolvimento não deixa dúvidas sobre as incertezas do futuro.

As utopias, no sentido proposto por Morus, vêm desaparecendo, dando lugar às contra-utopias, que descrevem o mundo em termos pessimistas, apocalípticos. Isso porque os problemas com que a sociedade contemporânea se confronta são complexos e de difícil resolução. Daí o pessimismo, que inviabiliza a formulação de utopias.

Dentro desta linha de pensamento, Santos (2000)[26] identifica os axiomas que estão na base dos problemas da sociedade contemporânea – os problemas que o paradigma da modernidade não consegue resolver. **O primeiro axioma** deriva da hegemonia da racionalidade científica, que transforma problemas éticos e políticos em problemas técnicos. Quando a técnica não resolve, os problemas éticos e políticos são transformados em problemas jurídicos. **O segundo axioma** é o da legitimidade da propriedade privada independentemente da legitimidade do uso dessa propriedade. Um **terceiro axioma** diz respeito à soberania dos Estados e da obrigação política vertical dos cidadãos perante o Estado, segundo a qual a segurança nacional e internacional adquirem precedência sobre a democracia. **O quarto,** e último, axioma refere-se à crença no progresso como desenvolvimento infinito, alimentado pelo crescimento econômico e tecnológico.

Esses axiomas moldaram a sociedade contemporânea - segundo Hottois, a sociedade da tecnociência - e a impossibilidade de resolução desses problemas constitui o cerne da crise paradigmática: a modernidade tem por base a racionalidade científica; se esta não consegue resolver os problemas fundamentais da sociedade, entã, ou se aceita, com pessimismo, a deterioração da sociedade ou se aceita a possibilidade de revisão desse paradigma.

Considerando a primeira hipótese, nada se podemos fazer, senão seguir adiante no pessimismo. Aceitando a segunda hipótese, entretanto, admite-se possibilidade do renascimento das utopias.

---

[26] SANTOS, (2000). **Op. Cit.**

Entre os problemas enfrentados pela sociedade contemporânea, a degradação ambiental parece ser o mais transnacional e, portanto, aquele que tanto pode gerar um conflito global (haja visto a discussão quanto à emissão de poluentes e a disputa pela água, que se desenvolvem do nível internacional ao nível local) como pode constituir-se na base de um compromisso também transnacional em favor da democratização das oportunidades de desenvolvimento. Nesse caso, por mais absurdo que pareça, os países mais pobres poderão valer-se da ameaça da poluição como argumento para extrair dos demais algumas concessões. E, sendo assim, a questão ambiental, ao assumir dimensões globais, pode levar a ações solidárias entre países ricos e pobres, bem como à formulação de propostas de ação globalizada, que tenham como objetivo a melhoria generalizada dos padrões de vida. Essa condicionante abre a possibilidade de uma nova utopia, que, por sua própria definição, contenha novas expectativas de organização social.

A QUESTÃO AMBIENTAL E A UTOPIA CONTEMPORÂNEA

A agudização dos problemas ambientais reforçou a associação entre degradação do ambiente e degradação da qualidade de vida, dimensionando os riscos à sobrevivência da humanidade. A possibilidade de destruição da vida do homem revitalizou a discussão sobre os princípios éticos da degradação ambiental. Conforme coloca Pereira[27], *a sobrevivência futura da humanidade – que é o que está em jogo – exige, contudo, a resposta a uma pergunta prévia: por que deve, de maneira imperativa, existir o homem sobre a terra?* Ou seja, se antigamente a presença do homem na terra era um dado evidente e inquestionável, a possibilidade de sua destruição impõe um questionamento sobre as razões dessa possibilidade. E é este questionamento, cada vez mais presente na sociedade, que permite vislumbrar, na esfera do meio ambiente, possibilidades concretas de ações articuladas com fins de transformação social. A necessidade absoluta de que o homem não desapareça – e o dever

[27] PEREIRA, C. Entre a apologia e a utopia: em busca da ética possível**. Revista Íbero-americana de Direito Público.** Vol.5. 3° trimestre 2001. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2001

ético de evitar isso, pode levar a uma revisão dos padrões de utilização do ambiente pelo homem. E é com esse pressuposto que Santos(2000) afirma:

> *no final do século, a única utopia realista é a utopia ecológica e democrática. É realista, porque assenta num princípio de realidade que é crescentemente partilhado e que consiste na contradição crescente entre o ecossistema do planeta terra, que é finito, e a acumulação de capital, que é tendencialmente infinita... É uma utopia democrática porque a transformação a que aspira pressupõe a repolitização da realidade e o exercício radical da cidadania individual e coletiva, incluindo nela a carta dos direitos humanos da natureza*[28].

Também na perspectiva de uma transformação social, Leff[29] contribui ao afirmar que a problemática ambiental surgiu nas últimas décadas como uma *crise de civilização*, questionando a racionalidade econômica e tecnológica dominantes. Nas palavras do autor: *a crise ambiental problematiza os paradigmas estabelecidos do conhecimento e demanda novas metodologias capazes de orientar um processo de reconstrução do saber que permita realizar uma análise integrada da realidade*[30]. Estas considerações defendem a necessidade de fundar a concepção da transformação social numa correta teoria sobre as relações sociedade-natureza, integrando os processos históricos, econômicos, sociais e políticos que geraram a problemática ambiental.

Torna-se importante ressaltar que a questão ambiental tem caráter eminentemente social; não é ideologicamente neutra, nem alheia a interesses econômicos e sociais. Sua origem ocorre num processo histórico dominado pelo modo de produção capitalista, com padrões tecnológicos gerados pela racionalidade econômica do maior lucro em menor tempo, e numa ordem econômica mundial marcada pela desigualdade entre nações e classes sociais. Isso gerou uma diversidade de efeitos econômicos, ecológicos e culturais, sobre diferentes regiões e populações, bem como tem exigido perspectivas variadas, que atendam a essas diferenciações.

Neste contexto, a construção de um novo paradigma social contemporâneo, que incorpore a dimensão ambiental, é um processo político e

---

[28] SANTOS (2000) **Op. Cit**.p.44
[29] LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez Editora, 2000
[30] LEFF, Enrique. **Op. Cit** p.60

social que passa pelo confronto de interesses opostos e pela mobilização da sociedade no sentido de reorientar tendências, criar novas formas de organização produtiva e inovar na produção de conhecimentos. Trata-se da construção de uma nova racionalidade; uma *racionalidade ambiental*, a orientar o desenvolvimento humano.

A construção dessa **racionalidade ambiental**[31] fundamenta-se na coerência entre novos esquemas de organização social que, incorporando a ética, incorporem também valores da natureza e da participação da sociedade e princípios de desenvolvimento que considerem a gestão democrática do espaço/ambiente. Sua concretização supõe a transformação de ideologias, instituições políticas, funções governamentais, normas jurídicas, valores culturais, estruturas tecnológicas e comportamentos sociais, implicando em "outra razão", que tem como princípio a crítica à racionalidade tecnológica e ao cálculo econômico, bases da modernidade.

Essa nova racionalidade implica, portanto, na realização e concreção de uma utopia, não no sentido de simples materialização de princípios abstratos, mas como um projeto social que emerge como resposta à tecnociência. Isto é, uma utopia que mobilize a ação política contra paradigmas estabelecidos, visando a construção de uma racionalidade social alternativa. O processo que vai da emergência desse projeto até a consolidação da racionalidade alternativa é um *processo de transição* – e, ao que parece, trata-se da pós-modernidade contemporânea, conforme colocado por Santos.

UM NOVO PARADIGMA NO ESPAÇO DA CIDADE

Para permitir uma aproximação entre a discussão sobre o surgimento de um novo paradigma social e a temática da cidade contemporânea, foco deste trabalho, retorna-se conceito de paradigma apresentado por Passet: um paradigma social constitui a concepção de mundo que serve de referência, modelo e fundamento a todos os outros sistemas de pensamento de uma

[31] Para uma discussão sobre princípios da racionalidade ambiental ver LEFF, Enrique. **Ecología y capital. Racionalidad ambiental, democracia participativa y desarrollo sustentable.** México: Siglo XXI/UNAM, 1994

sociedade. Por sua vez, não há sociedade sem espaço. Conforme coloca Milton Santos, o espaço é uma instância da sociedade, o que significa que:

> *como instância ele contém e é contido pelas demais instâncias, assim como cada uma delas o contém e é por ele contida. A economia está no espaço, assim como o espaço está na economia. O mesmo se dá com o político-institucional e com o cultural-ideológico. Isso quer dizer que a essência do espaço é social. Nesse caso, o espaço não pode ser apenas formado pelas coisas, os objetos geográficos, naturais e artificiais, cujo conjunto nos dá a Natureza. O espaço é tudo isso, mais a sociedade: cada fração da natureza abriga uma fração da sociedade atual.*[32]

Aceitar essa definição significa admitir que o paradigma que referencia as ações sociais terá interferência também sobre o espaço em que elas acontecem. E, nestas condições, a consolidação de um novo paradigma, conforme anunciada por Topalov, Santos(2000) e Leff, deve influenciar fortemente a conformação do urbano, espaço da sociedade contemporânea.

A existência de um processo de mudança paradigmática defendida por Topalov e Santos tem como argumento a identificação de alguns aspectos que, para o primeiro significam ruptura e, para o segundo, transição. Entretanto, esses aspectos não se contrapõem, mas ao contrário, se assemelham em conteúdo, razão pela qual em conjunto, reforçam a idéia comum aos dois autores da mudança paradigmática. Em síntese, para um e outro, essa mudança se evidencia: pela emergência do meio ambiente como questão e pela mundialização das relações sociais.

Por sua vez, se esses aspectos estão na essência do processo de mudança de paradigma devem ser visíveis no espaço urbano, onde o paradigma se materializa a partir das práticas sociais que aí se realizam. O quadro a seguir confirma essa hipótese, ao demonstrar o rebatimento no urbano dos sinais da mudança de paradigma social que caracteriza a sociedade contemporânea.

---

[32] SANTOS, Milton. **Espaço & Método**. São Paulo: Nobel, 1985 p.1

Quadro 1: Mudança Paradigmática e Espaço urbano

TOPALOV INDICATIVOS DE RUPTURA COGNITIVA DO PARADIGMA SOCIAL	**SOUZA** INDICATIVOS DO ESGOTAMENTO DO PARADIGMA DA MODERNIDADE	**ESPAÇO URBANO**
• Redefinição das relações entre sociedade e natureza	• Natureza como mera condição de produção	• Agudização dos problemas ambientais no espaço da cidade • Ambiente natural transforma-se em "recurso" natural a ser explorado
• Mudança de escala de abordagem, passando da nação para o planeta	• Superação das crises do capitalismo mediante ampliação da mercantilização de bens e serviços -- transnacionalização da economia	• Novas escalas espaciais dos discursos e projetos urbanos: busca de inserção das grandes cidades nos novos espaços econômicos de caráter regional e global • Mercantilização crescente do espaço urbano • Segregação sócio-espacial da população sem recursos para inserção nesse mercado • Mundialização da pobreza urbana

FONTE: Elaboração da autora a partir de TOPALOV, Christian. Do planejamento à ecologia: nascimento de um novo paradigma de ação sobre a cidade e o habitat? In: **Cadernos IPPUR/UFRJ**. Vol.XI N°1e 2(jan/dez 1997). Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 1997 e SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 2000

Em relação ao **primeiro aspecto**, *emergência do meio ambiente como questão*, é possível verificar seu rebatimento sobre a cidade pelo avanço da idéia de que uma abordagem dos problemas urbanos sob a ótica do meio ambiente pode gerar uma nova agenda de questões, a ser contemplada no planejamento e gestão das cidades. A qualidade da vida urbana vem sendo discutida, inserindo-se como parâmetros de avaliação desta qualidade elementos relacionados ao ambiente: áreas verdes, saneamento básico, disposição de resíduos, poluição, valorização da natureza. Nesse caso, são emblemáticos os documentos internacionais como a Agenda 21[33] e Habitat II[34] bem como a posição das agências de financiamento internacionais, que passaram a inserir questões relativas ao ambiente nas suas políticas de desenvolvimento urbano.[35]

[33] Plano de ação global adotado pela comunidade internacional a partir da Conferência Habitat I, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, sob responsabilidade da Organização das Nações Unidas.

[34] Documento resultante da Conferência Habitat II, realizada em Istambul, Turquia, em 1996, sob responsabilidade da Organização das Nações Unidas.

[35] Para compreender o papel das agências internacionais na inserção da questão ambiental nos debates e ações sobre o urbano ver: ULTRAMARI, Clovis. **Boas práticas e o fim das**

O **segundo aspecto**, *mundialização das relações sociais*, expressa-se no urbano mediante as novas escalas espaciais adotadas pelos discursos e projetos. A partir da década de 80 um tema que se instalou nos estudos e práticas urbanos foi aquele relacionado ao papel das grandes cidades nos novos espaços econômicos de caráter regional e global. Esta definição de papéis específicos apareceu como conseqüência da emergência das "cidades globais"[36], que extrapolam sua influência para muito além dos espaços regionais ou nacionais e estruturam redes urbanas, conformadoras de espaços econômicos concorrentes. Houve, assim, uma mudança radical na escala de tratamento dos problemas urbanos, aparecendo aí também a questão da tensão entre o local e o global. A máxima do "pensar globalmente e agir localmente" expressa-se na discussão acerca das mudanças locais relacionadas a mudanças no contexto global. Dentro deste contexto, os aspectos tratados com maior freqüência nos estudos/projetos urbanos dizem respeito a: 1) gestão urbana e governo municipal, especialmente voltados para a busca de formas alternativas de gestão; 2) projetos de grandes empreendimentos destinados a reforçar a imagem da cidade global; 3) identificação das demandas conflitivas dos diversos atores sociais urbanos de forma a orientar as ações para um consenso que fortaleça a cidade ou região; 4) inserção de parâmetros de qualidade do ambiente urbano relacionados à preservação/conservação da natureza. Como materialização deste segundo aspecto, está a prática do plano estratégico que se propagou pelas instâncias de planejamento em todas as grandes cidades do mundo, com o objetivo de inserir essas cidades, de forma competitiva, no mercado globalizado.[37]

---

utopias urbanas: o terceiro setor e as agências internacionais de financiamento e fomento. Tese de Doutoramento. Curitiba: UFPR, 2001

[36] COMPANS esclarece que a expressão "cidade global" designa *centros de controle da economia mundial específicos, que formam um rede mundial que tende a incorporar outros centros financeiros regionais e secundários na medida em que a escala do controle se expande. As características das transformações observadas nas três cidades globais – Nova York, Londres e Tókio – tenderiam a se reproduzir nos centros financeiros que passam a integrar essa rede urbana global.* COMPANS, Rose. Cidade sustentáveis, cidades globais. In: ACSELRAD, Henri(org.). **A duração das cidades**. Rio de Janeiro, DP&A, 2001. p.112

[37] Para uma discussão sobre metodologias do planejamento estratégico ver: LOPES, Rodrigo. **A cidade intencional: o planejamento estratégico de cidades**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998. E para uma crítica desse modelo de planejamento ver: ARANTES, O et alli **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000

Ao verificar-se o rebatimento no urbano da mudança paradigmática confirma-se, também, que a racionalidade instrumental, científica, base do paradigma da modernidade, é dominante na cidade contemporânea. E, então, concordando com a afirmação de Leff, que reconhece uma estreita relação entre essa racionalidade científica e o desenvolvimento capitalista, chega-se à cidade capitalista como expressão material da modernidade. E, uma vez que os problemas da racionalidade da modernidade não podem ser resolvidos dentro do seu próprio paradigma, explica-se porque os problemas da cidade capitalista também não têm sido resolvidos. Conforme coloca Benevolo,

> *a cidade em que vivemos não é a projeção adequada da sociedade no seu conjunto, mas um mecanismo mais rígido, que serve para retardar e apagar as transformações em todos os outros campos, a fim de fazer com que dure muito mais tempo a hierarquia dos interesses consolidados. Os inconvenientes técnicos que todos conhecemos – o congestionamento do tráfego, a densidade das construções, a escassez dos serviços, a deterioração do ambiente natural – não são conseqüências inevitáveis da vida moderna, mas o preço pago para conservar uma combinação de poderes agora já em contraste com as possibilidades proporcionadas pelo desenvolvimento tecnológico e econômico.*[38]

Ou seja, os problemas da cidade contemporânea não poderão ser resolvidos a partir do paradigma da modernidade, uma vez que foi essa racionalidade quem os criou.

Frente à possibilidade da mudança paradigmática, algumas questões parecem, então, óbvias: como deverá, ou poderá, ser a cidade da pós-modernidade, utilizando-se este termo no sentido de Santos(2000), como aquela que vem após a modernidade? Se a racionalidade ambiental é uma utopia a ser construída, é possível uma cidade que materialize essa racionalidade?

A urbanização tem seu crescimento associado à consolidação do modo de produção capitalista, guiado pela busca do maior lucro em menor tempo e marcado pela desigualdade entre nações e classes sociais. Sendo assim, a incorporação da *racionalidade ambiental* ao urbanismo constitui-se em um processo político e social, marcado pelo confronto de interesses e pela

[38] BENEVOLO, Leonardo. p. 27

mobilização da sociedade no sentido de reorientar as tendências dominantes no desenvolvimento das cidades. A partir dos conceitos defendidos por Leff, estas são as bases para a construção da *racionalidade urbano-ambiental*, capaz de gerar um ambiente urbano mais igualitário e democrático.

A cidade contemporânea expressa em seu espaço os efeitos do processo de acumulação e expansão do capital e os impactos ambientais das práticas de produção e consumo de mercadorias, entre elas a própria cidade. Diante da degradação do ambiente que se generaliza nessa cidade da modernidade capitalista, a temática ambiental pode constituir-se em um eixo aglutinador de interesses, a princípio divergentes, em função de um objetivo comum. Trata-se, portanto, da internalização da *racionalidade ambiental* nas práticas de gestão e uso da cidade. Reconstrói-se, assim, a possibilidade da utopia urbana; não como perspectiva visionária de uma cidade ideal, mas com um sentido de projeto de transformação da realidade urbana.

Diante do exposto, a questão que se coloca é: o que pode o urbanista fazer para as cidades? Além de sua atuação como cidadão, pode a sua atuação profissional contribuir para a construção de uma utopia urbana? Afinal, como afirma Wilheim, *o sonho utópico de todo planejador deveria ser a inexistência do planejador*[39]...

ENTRE A REALIDADE E A UTOPIA: EM BUSCA DA CIDADE POSSÍVEL

No sentido de traduzir esta discussão para uma realidade concreta, busca-se, a seguir, qualificar a prática do urbanismo no Brasil contemporâneo.

De acordo com Maricato,[40] a prática de planejamento urbano dominante no país adota como espaço de atuação a cidade legalizada, ou seja, aquela cuja ocupação ocorre segundo as regras estabelecidas pelo poder público. Nessa situação, grande parte de todas as cidades brasileiras permanece fora do alcance dessas ações, porque, não sendo legal, não existe oficialmente. Ao

---

[39] WILHEIM , Jorge **O substantivo e o adjetivo**. São Paulo: Perspectiva, 1976 p.38

[40] MARICATO, Ermínia. Brasil 2000: qual planejamento urbano? In: **Cadernos IPPUR/UFRJ**. Vol.XI N°1e 2(jan/dez 1997). Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 1997 e MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. In: **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. ARANTES, Otília et alli. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000

adotar como opção de intervenção os espaços oficiais da cidade, as políticas públicas têm reforçado o processo de segregação sócio-espacial, excluindo do direito à cidadania a população que não está assentada nesses espaços, e que, no Brasil é majoritariamente população de baixa renda. A adoção de práticas urbanísticas que excluem dos seus benefícios parte da população reforça a desigualdade de oportunidades desses citadinos "não oficiais" e contribui para a manutenção da pobreza. Além disso, ao atrelar intervenções físicas, investimentos coletivos, aos interesses do mercado imobiliário, as políticas públicas têm permitido uma injusta apropriação individual dos benefícios da urbanização, reforçando a exclusividade dos espaços legais onde essas intervenções acontecem e relegando ao segundo plano as áreas sem interesse imobiliário, que, tradicionalmente significam áreas com fragilidade ambiental.

Essas características da prática do urbanismo no Brasil estão no centro das razões do seu fracasso em resolver os problemas urbanos. Mas, como bem coloca Ultramari[41], esse fracasso

> *não pode ser computado de maneira reducionista à adoção de um ou de outro enfoque metodológico, de uma ou de outra forma de entender a cidade, mas sim das estruturas políticas e ideológicas que se tem para proceder à gestão urbana. A opção entre priorizar ações na mancha periférica de uma metrópole (socialmente carente e ambientalmente com problemas) ou nas áreas centrais (infra-estruturando, por exemplo, a cidade para o setor produtivo) é sobretudo uma questão político-ideológica, e não simplesmente técnica ou metodológica*.

Se a prática urbanística no Brasil não tem se mostrado eficiente, volta-se à questão inicial: o que fazer? Afinal, retornando à discussão sobre a racionalidade da cidade capitalista, pode-se concluir que os problemas das cidades brasileiras não são exclusivos ao país; eles são, simplesmente, a expressão da lógica/racionalidade/paradigma *que lhes servem de referência, de modelo e de fundamento.* E essa conclusão coloca o urbanista diante de um impasse: O que fazer, no âmbito do exercício profissional, para iniciar um

---

[41] ULTRAMARI, Clovis. ULTRAMARI, Clovis. **Boas práticas e o fim das utopias urbanas: o terceiro setor e as agências internacionais de financiamento e fomento**. Tese de Doutoramento. Curitiba: UFPR, 2001 p.30

processo de reversão do padrão de desenvolvimento de nossas cidades? Afinal, há possibilidades de se desenvolver outro tipo de prática?

O primeiro passo talvez seja reconhecer os limites e restrições da ação urbanística. Embora esta não seja uma ação neutra, pois não está desligada da política, sua contribuição para uma transformação da realidade está limitada às especificidades de seu campo de atuação. Neste sentido, a contribuição maior pode estar na possibilidade de utilizar-se a materialidade do espaço urbano e seus problemas para promover atitudes de resistência à manutenção desses problemas.

Outra orientação a seguir seria o reconhecimento de que nem todos têm os mesmos recursos, e a mesma disposição, para enfrentar os problemas urbanos. Por isso, é essencial que as ações urbanísticas possibilitem a participação de toda a população, oficial e não oficial, o que significa enfrentar os conflitos entre interesses divergentes, bem como identificar pontos de convergência. A prática urbanística pode se transformar, então, em instrumento de democratização das decisões sobre os rumos do desenvolvimento. Neste sentido, o principal fator motivador de ações coletivas seria a compreensão de que os problemas da cidade contemporânea cada vez mais atingem a população como um todo; o grau de degradação predominante não significa apenas riscos ao ambiente, mas atinge, diretamente, o direito à vida.

De fato, a degradação social e ambiental, materializadas no espaço das cidades, está assumindo uma dimensão tal que se torna impossível ficar imune aos seus efeitos; há cada vez menos cidadãos. A cidade tornou-se a expressão contemporânea do risco à vida; trata-se do *urbanismo de risco* concretizando-se na violência. Dimenstein[42], comentando a situação da insegurança que se generaliza nas cidades afirma: *a onda de violência faz da mais poderosa cidade brasileira uma comunidade frágil e acuada. O fato mais importante da vida dos habitantes de São Paulo que ... completou 448 anos, é a disseminação do medo numa proporção jamais vista. Cada um salva-se como pode...* É essa percepção de situação-limite, que cresce em todas as grandes

[42] DIMENSTEIN, Gilberto. São Paulo é um caso de segurança nacional. In: **Jornal Folha de São Paulo**, 27 de janeiro de 2002

cidades, que autoriza um certo otimismo: talvez a ameaça de colapso possa gerar alguma mudança.

Santos(2000) faz uma interessante afirmação, que reforça as possibilidades de mudança: *a idéia da modernidade da racionalidade global da vida social e pessoal acabou por se desintegrar numa miríade de mini-racionalidades ao serviço de uma irracionalidade global, inabarcável e incontrolável. É possível reinventar as mini-racionalidades da vida de modo a que elas deixem de ser partes de um todo e passem a ser totalidades presentes em múltiplas partes. É esta a lógica de uma possível pós-modernidade de resistência*.[43] A possibilidade de discussão das (ir)racionalidades cotidianas é, portanto, o primeiro passo para a proposição de novas racionalidades. E, nesse caso, estar-se-á discutindo o processo de produção da cidade, o processo de inclusão social, e, por fim, a função social da cidade.

Retoma-se, assim, a discussão sobre a necessidade da definição de novos patamares de organização da cidade, o que vai exigir do urbanista a capacidade de formular utopias. Não se pode esquecer, entretanto, que a compreensão profunda da realidade é essencial para o exercício da utopia. Portanto, a compreensão da realidade é o primeiro passo para a discussão de uma utopia urbana. E este deve ser o principal objetivo da pesquisa e da prática urbanísticas: entender como se estrutura a cidade contemporânea, quais as lógicas dessa estruturação e quais os agentes que definem essa lógica, ou seja, identificar qual a *visão de mundo que serve de referência, de modelo e de fundamento.* Ao organizar pensamentos, teorias e análises sobre a realidade urbana contemporânea, deve-se ter por meta investigar as possibilidades e limites da construção e materialização de uma nova *racionalidade urbano-ambiental,* como base para formulação da utopia de uma cidade mais igualitária.

---

[43] SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 2000 p.102

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri(org.). **A duração das cidades**. Rio de Janeiro, DP&A, 2001

ARANTES, O et alli **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: Martins Fontes/Editora UNB,1987

AYMONINO, Carlo. O significado das cidades. Lisboa: Presença, 1984

BARDET, Gaston **O urbanismo**. Campinas, SP: Papirus, 1990

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar - a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BENEVOLO, Leonardo. **A cidade e o arquiteto**. São Paulo: Perspectiva, 1984

CARVALHO, Edgar A(org.). Godelier: Antropologia. São Paulo: Ática, 1981

CHOAY, Françoise. **A regra e o modelo**. São Paulo: Perspectiva, 1985

CLAVAL, Paul. **Espaço e poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979

COSTA, Heloisa Soares M. Desenvolvimento urbano sustentável: uma contradição de termos? In: **Anais do VIII Encontro Nacional da ANPUR**. Porto Alegre: PROPUR/UFRGS, 1999. CD Rom

DAVIS, Mike. **A cidade de quartzo. Escavando o futuro em Los Angeles**. São Paulo: Página Aberta, 1993

DONNE, Marcella Delle. **Teorias sobre a cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1983

GROSTEIN, Marta e JACOBI, Pedro. Cidades Sustentáveis. Falta de planejamento urbano gera impactos socioambientais **Revista Debates Sócioambientais** – CEDEC. Ano III – nº 9 – mar/abr/mai/jun 1998.

GOTTDIENER, Mark; FEAGIN, Joe. Uma mudança de paradigma na sociologia urbana. In: **Espaço & Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos**. São Paulo: NERU: n°28, 1989

GUATARI, Felix. **As três ecologias**. Campinas, SP: Papirus, 1997

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec: 1980

_____**A condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992

HOTTOIS, Gilbert. **Le signe et la technique**. Paris: Aubier, 1984

HUSSERL, Edmund. **La crise de l'humanité europeénne et la philosophie**. Paris: Hatier, 1940

JACOBS, Jane. **Morte e vida das grandes cidades americanas**. São Paulo: Martins Fontes, 1999

JONAS, Hans **Le principe responsabilité. Une éthique pour la civilisation technologique**. Paris: Hatier, 1991

LENOBLE, R. **História da idéia de natureza**. Lisboa: Edições 70, 1990

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez Editora, 2000

LEFF, Enrique. **Ecología y capital. Racionalidad ambiental, democracia participativa y desarrollo sustentable.** México: Siglo XXI/UNAM, 1994

LYNCH, Barbara. Instituições internacionais para a proteção ambiental: suas implicações para a justiça ambiental em cidades latino-americanas. In: ACSELRAD, Henri(org.). **A duração das cidades**. Rio de Janeiro, DP&A, 2001

LIPIETZ, Alain. *Uma visão regulacionista sobre o futuro da ecologia urbana*. In: **Cadernos IPPUR/UFRJ**. Ano VIII. N°1. Abr.1994. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 1994

LOPES, Rodrigo. **A cidade intencional: o planejamento estratégico de cidades**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

MACRAE, Donal Gunn. **As idéias de Weber**. São Paulo: Cultrix, 1985

MARIANI, Riccardo. **A cidade moderna entre a história e a cultura**. São Paulo: Nobel/Instituto Italiano di cultura di São Paulo, 1986

MORAES, Eduardo Jardim. Modernidade e racionalidade: sugestão de um roteiro de leituras. In: **Arquitetura Revista.n°3.** Rio de Janeiro: FAU/UFRJ, 1985/86

MORUS, Thomas. **A Utopia**. São Paulo: Atena Editora, s/d

MUNFORD, Lewis. **A cidade na história**. São Paulo: Martins Fontes, 1983

NEUSÜSS, Arnhelm. **Utopía.** Barcelona: Barral Editores, 1971

NOVOS ESTUDOS CEBRAP. **Dossiê Habermas**. N°18. Set.1987

OST, François. **La crise écologique: vers um nouveau paradigme? Contribution d'um juriste à lo penseé du lien et de la limite**. Paris: Hatier, 1997

PASSET, René. Le copilotage du développement économique et de la biosphére. In**: Cadernos de Desenvolvimento e Meio Ambiente.** Número 1. Curitiba: UFPR, 1994

PEREIRA, Celso. **Entre a apologia e a utopia: em busca da ética possível.** Brasília: Instituto Rio Branco, 2001

PEREIRA, Gislene e ULTRAMARI, Clovis. As práticas sociais e o desenvolvimento sustentável no meio urbano. In: **Anais VIII ANPUR**, Porto Alegre: ANPUR, 1999

PETITFILS, Jean-Christian. **Os socialismos utópicos**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978

PLATÃO. **A República**. São Paulo: Editora Atena, 1955

PONTUAL, Virginia. Impasses das teorias e práticas urbanísticas. In: **Anais do VIII Encontro Nacional da ANPUR**. Porto Alegre: PROPUR/UFRGS, 1999. CD Rom

PRIGOGINE, Ilya. **O fim das certezas: tempo, caos e as leis da natureza**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996

RAPOPORT, Amos. **Aspectos humanos de la forma urbana**. Barcelona: Gustavo Gili, 1978.

RICOUER, Paul L'homme ou (et) la nature? Quelle sagesse pour notre civilisation technologique? **Postface à Le temps de la responsabilité**. Paris: s.n.,1991

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1973

SANTOS, Boaventura de Sousa. O social e o político na transição pós-moderna. In: **Lua Nova. Revista de Cultura e Política.** N°31. São Paulo: CEDEC, 1993

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 2000

SANTOS, Carlos Nelson F. dos. Para cada forma de dominação a utopia que merece. In: **Arquitetura Revista.n°3.** Rio de Janeiro: FAU/UFRJ, 1985/86

SANTOS, Milton **Espaço e sociedade: ensaios**. Petrópolis: Vozes, 1982

_____ **Espaço & Método**. São Paulo: Nobel, 1985

_____ **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987

_____A redescoberta da Natureza. In: **Estudos Avançados** .São Paulo: USP, v.6, n°14, jan-abr.1992

_____ **A natureza do espaço: espaço e tempo: razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1999

TAFURI, Manfredo. **Projecto e utopia**. Lisboa: Editorial Presença, 1985

TOPALOV, Christian. Do planejamento à ecologia: nascimento de um novo paradigma de ação sobre a cidade e o habitat? In: **Cadernos IPPUR/UFRJ**. Vol.XI N°1e 2(jan/dez 1997). Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 1997

TORRES, Horacio. El Origen Interdisciplinario de los Estudios Urbanos. In: **Anais do Seminário Internacional de Investigaciones Urbanas**, Buenos Aires, 1996.

ULTRAMARI, Clovis. **Boas práticas e o fim das utopias urbanas: o terceiro setor e as agências internacionais de financiamento e fomento**. Tese de Doutoramento. Curitiba: UFPR, 2001

VICENTINI, Yara e RIZEK, Cibele. Teorias urbanas e o tema da natureza. In: PADILHA, Nino (org.) **Cidade e urbanismo: história, teorias e práticas**. Salvador: Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, FAUFBA, 1998.

WALLERSTEIN, Immanuel(org) **Para abrir as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 1996

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Volume 1 e 2. Brasília: Editora da UNB, 1999